



PROTOCOLO
Instalação, Organização e Funcionamento
do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos,
Funchal e Santa Cruz

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios da proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efetiva dos direitos e garantias processuais.

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social.

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua atividade assentam na estrita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respetivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios.

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XXI Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de agilizar a justiça e aproximá-la dos cidadãos, designadamente mediante o alargamento da rede dos julgados de paz.



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA



Efetivamente tem sido propugnado, de forma consistente ao longo dos tempos, o alargamento da rede dos julgados de paz bem como o seu reforço, sendo que a eficiência e eficácia destes tribunais resulta como dado adquirido da monitorização efetuada.

A Lei n.º 54/2013, de 31 de julho, que operou a primeira alteração à Lei de organização, competência e funcionamento dos julgados de paz, aperfeiçoando alguns aspetos de organização e funcionamento dos julgados de paz, garante uma maior equidade no que diz respeito aos montantes obtidos a título de custas nestes tribunais, estabelecendo que esta receita seja repartida pelo Ministério da Justiça e pelos municípios, em termos a fixar em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, conforme ato constitutivo.

Considerando a boa experiência do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal, em funcionamento desde 22 de dezembro de 2009, o Município de Santa Cruz manifestou vontade em aliar-se ao Município do Funchal, com vista à criação de um julgado de paz cuja circunscrição territorial abrangesse os dois concelhos em referência.

O Ministério da Justiça, aqui representado por Sua Excelência a Secretária de Estado da Justiça, Senhora Dr.^a Anabela Pedroso, o Município de Funchal, aqui representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Senhor Dr. Paulo Cafôfo e o Município de Santa Cruz, aqui representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Senhor Dr. Filipe Martins de Sousa, celebram o Presente Protocolo, que se rege pelas cláusulas seguintes:



PRIMEIRA

(Objeto)

1. O presente Protocolo tem por objeto regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz.
2. O Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz resulta da transformação do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal num novo Julgado de Paz, cuja competência territorial abarca os municípios de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz.
3. Formalizado o Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos, Funchal e Santa Cruz, cessam todas as obrigações de natureza administrativa e financeira inerentes ao protocolo do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal, conforme o previsto no n.º 2 da cláusula sexta do referido protocolo, que se junta em anexo e que integra o presente texto protocolar.

SEGUNDA

(Organização e estrutura do Julgado de Paz)

1. O Julgado de Paz dispõe de uma sede no Município do Funchal e de uma delegação no Município de Santa Cruz, a qual tem competência para todas as valências deste Tribunal, na circunscrição territorial do respetivo concelho.
2. A sede do Julgado de Paz tem competência para todas as valências deste Tribunal no concelho do Funchal e para receber e tramitar processos com conexão



à circunscrição territorial do concelho de Câmara de Lobos.

TERCEIRA

(Obrigações do Ministério da Justiça)

Ao Ministério da Justiça, através da Direção-Geral da Política de Justiça, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do Julgado de Paz, sem prejuízo das competências legalmente cometidas ao Conselho dos Julgados de Paz, na matéria;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do Julgado de Paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e atualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz;
- e) Suportar os encargos com os honorários dos mediadores;
- f) Transferir para o Município do Funchal a parcela de 50 % das custas a cobrar aos utilizadores do Julgado de Paz, nos termos a fixar na portaria que vier a ser aprovada ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho;
- g) Proceder ao acompanhamento pós-formativo dos meios humanos afetos ao Julgado de Paz;
- h) Instalar e manter o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz, com recurso a equipamentos e *software* devidamente licenciado, fornecidos pelos Municípios do Funchal e de Santa Cruz;
- i) Proceder, em colaboração com os Municípios do Funchal e de Santa Cruz,



à divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

(Obrigações dos Municípios do Funchal e Santa Cruz)

1. Compete aos Municípios do Funchal e de Santa Cruz, disponibilizar as instalações da sede e da delegação do Julgado de Paz, respetivamente, compreendendo cada uma delas:

- a) Um gabinete do(s) juiz(es) de paz;
- b) Um gabinete de pré-mediação, de mediação e dos mediadores;
- c) Um ou dois gabinetes de atendimento;
- d) Uma sala de audiência de julgamento;
- e) Uma sala de testemunhas;
- f) Um espaço para espera;
- g) Uma sala de apoio administrativo;
- h) Espaço para arquivo.

2. Compete ainda aos Municípios do Funchal e de Santa Cruz, relativamente à sede e delegação do Julgado de Paz, respetivamente:

- a) Realizar e suportar os encargos com a execução de eventuais obras nas instalações a que se reporta o número 1, dotando-as em qualquer caso de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- b) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos adequados à utilização que delas é feita, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respetiva manutenção;
- c) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- d) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária, incluindo a disponibilização aos utentes do livro de reclamações, nos termos legalmente previstos;



e) Fornecer o selo branco da sede e delegação do Julgado de Paz, com as seguintes especificações: Inscrição da esfera armilar e do Escudo da República Portuguesa no centro, rodeados pela referência, por extenso, à República Portuguesa e à sede/delegação do Julgado de Paz: “Julgado de Paz – Funchal” “Julgado de Paz - Santa Cruz”.

f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de eletricidade e bem assim, as despesas de comunicação;

g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;

h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração de acordo com o ratio previsto nas alíneas c) e d) da cláusula quinta;

i) Proceder, em colaboração com o Ministério da Justiça, à divulgação do Julgado de Paz.

3. Compete ao Município do Funchal transferir para o Município de Santa Cruz a parcela de custas provenientes dos processos que corram termos no Julgado de Paz a cobrar aos utilizadores do Julgado de Paz e que hajam sido transferidas pelo Ministério da Justiça, nos termos do disposto na alínea f) da cláusula terceira do presente Protocolo, tal como vier a ser acordada entre ambos os Municípios.

QUINTA

(Recursos Humanos)

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do Julgado de Paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz, com possibilidade de extensão a dois (2) juizes de paz quando as partes protocolantes, ouvido o Conselho dos Julgados de Paz, acordem em tal necessidade, atento o volume processual do Julgado de Paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º da



- Lei n.º 78/2001, de 13 de julho, alterada pela Lei n.º 54/2013, de 31 de julho;
- c) Quatro (4) elementos, preferencialmente com formação jurídica, nos serviços de atendimento (2 na sede e 2 na delegação do Tribunal);
 - d) Quatro (4) elementos no serviço de apoio administrativo (2 na sede e 2 na delegação do Tribunal).

SEXTA

(Horários de funcionamento e atendimento)

O horário de funcionamento e de atendimento do Julgado de Paz é das 10 horas às 18 horas, e das 9 horas às 17 horas, de segunda a sexta-feira, respetivamente, na sede do Tribunal e na delegação de Santa Cruz, podendo estes horários ser alterados por acordo entre o serviço do Ministério da Justiça organicamente responsável pela promoção dos julgados de paz e os Municípios ora protocolantes, ouvido o Conselho dos Julgados de Paz, tendo em vista a maximização da satisfação dos interesses das populações.

SÉTIMA

(Vigência)

1. O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo suscetível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
2. As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.



OITAVA

(Revisão)

O presente Protocolo é obrigatoriamente objeto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efetivo funcionamento do Julgado de Paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

NONA

(Norma revogatória)

É revogado o Protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça e o Município do Funchal em 23 de julho de 2009, relativo à instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do Município do Funchal, inserido no Agrupamento de Concelhos de Câmara de Lobos e Funchal.

Feito em três originais e assinado em 21 de janeiro de 2019, ficando cada parte na posse de um exemplar.

Pelo Ministério da Justiça

Anabela Pedroso

Pelo Município do Funchal

Paulo Alexandre Carôfo
Presidente da Câmara Municipal

Pelo Município de Santa Cruz

Filipe Martins de Sousa
Presidente da Câmara Municipal



[Handwritten signature and mark]

(ANEXO A QUE SE REFERE O N.º 3 DA CLÁUSULA PRIMEIRA)

PROTOCOLO



Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz se enquadram, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma célere e económica para as partes e, em simultâneo, promover o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

Das conclusões apresentadas, deliberou-se, criar quatro novos julgados de paz em 2007, 2008 e 2009 em regime de co-financiamento;

O Município do Funchal manifestou vontade em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Câmara de Lobos e Funchal;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa, e o Município do Funchal, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz do Município do Funchal, inserido no agrupamento de concelhos de Câmara de Lobos e Funchal, que abrange todas as freguesias dos Concelhos, o qual ficará localizado na Rua dos Ilheús, 1, no Funchal .

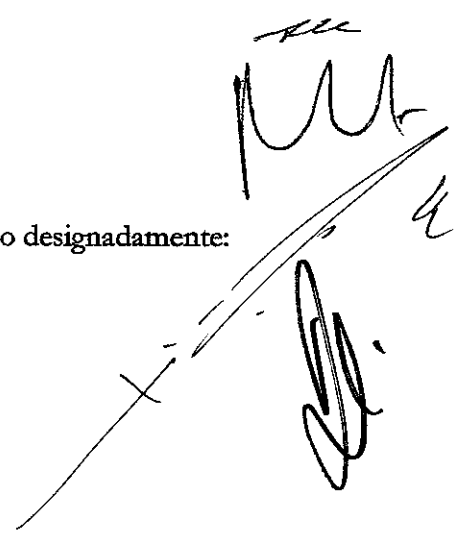
SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município do Funchal:

- 
- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete dos juízes de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação;
 - Sala de espera/ Sala de testemunhas;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um juiz de paz;

- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n° 1 do artigo 33° da Lei n° 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Dois elementos no serviço de atendimento;
- d) Dois elementos no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

O horário de funcionamento e de atendimento do julgado de paz é das 10 horas às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

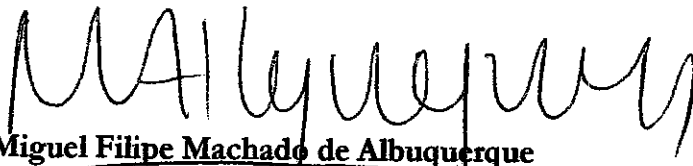
Lisboa, aos vinte e três dias do mês de Julho de dois mil e nove

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DO FUNCHAL



Miguel Filipe Machado de Albuquerque
Presidente da Câmara Municipal